

O Tratado Luso- -Marroquino de 1774 e o Magrebe Um relacionamento integrado

Jorge Afonso

Instituto Infante D. Henrique, Faculdade de Letras de Lisboa

O **TRATADO LUSO-MARROQUINO DE 1774** não se esgotou na sua assinatura. Este acordo funcionou como ponto de partida de fundamental importância para o relacionamento integrado com outras realidades políticas magrebina e sem o qual a política externa portuguesa e os objectivos por esta pretendidos teriam ficado comprometidos.

As regências de Tunes e Argel, sobretudo esta última, completaram as abordagens ao Magrebe iniciadas com a normalização das relações com o império xarifino. Privilegiando o desenvolvimento do comércio e navegação entre Marrocos e o reino português, o Tratado de 1774 permitiu aos governantes portugueses, alicerçados em bases constituídas pelos seus representantes no reino alauita, o coroar dos esforços de aproximação ao espaço magrebino, em Junho de 1813, com o estabelecimento de um Tratado de Paz com a regência argelina.

A diplomacia portuguesa no terreno

Para a gerência da nova realidade política surgida após a assinatura do Tratado de 1774 revelou-se de crucial importância a existência no império xarifino de um conjunto de agentes diplomáticos com funções vastíssimas, cujos limites existiam apenas tendo como prioridade os interesses do reino português.

Quando em 2 de Dezembro de 1780 Mohammed ben Abdellah escreveu a Martinho de Mello e Castro sugerindo a nomeação de «...Jorge Colação por consul, porque he sugeito de probidade, e nos agrada mais que os outros consules que rezidem em os nossos portos, ou ao seu filho em seu lugar pois elle he pobre, e digno de todo o favor...»¹, já qualquer dos dois portugueses tinha representado o seu país várias vezes. O ofício de Martinho de Mello e Castro a José Roleen Van-Deck, negociador pela parte portuguesa do Tratado de 1774, no qual este era informado da nomeação de Bernardo Simões Pessoa para o cargo de cônsul-geral da nação portuguesa colo-

O C É A N



I. Madere

Land de l'empire

C. Cadix

C. de Sevil

I. de Palma

I. de Fer

ILES CANARIES

C. de Noix

Tropique du Cancer

O C C I D E N T A L

ISTES DE CAP VERD

I. d'Alentejo
I. de Santiago
I. de Madaga
I. de Boavista

SI. L. LA

I. S. Yago

Land de l'empire

LES BILLES

COSTE OCCIDENTALE D'AFRIQUE,
 Depuis le Détroit de Gibraltar
 Jusques au 21^e Degré
 de Latitude Septentrionale.
 Près de la Carte
 de l'Océan Occidental.
 Publiée
 Par ordre de M^{le} le
 COMTE DE MIREPOIS
 en 1752.

*à l'ouest du 10^e de Lat. et de l'Est
 du 10^e de l'ouest par les
 Mers Atlantiques.
 à l'est de la par des Amériques.
 à l'est de l'est de la 30^e par
 l'habile Navigation.*

cado em Mogador, para além do reconhecimento da importância daquele porto da costa atlântica para o sultão de Marrocos, atribuía já aos Colaço um papel relevante nos assuntos magrebinos.

Em 1769, os Colaço intervieram na assinatura da primeira Trégua com Marrocos, efectuada logo após o abandono de Mazagão, e no ajuste da terceira em 1771. Em 1773 acompanharam a embaixada que negociou o Tratado de Paz com o sultão marroquino Mohammed ben Abdellah. Não tendo logo desempenhado um papel central na questão marroquina, isso só aconteceu a partir de 1785 com a nomeação de Jorge Pedro Colaço como cônsul da nação portuguesa em Tânger,² os Colaço desenvolveram até à paz com Argel de 1813 e durante todo o século XIX (José Daniel Colaço abandonou Marrocos em 1896) a sua actividade como agentes diplomáticos da nação portuguesa no império xarifino.

Em 1784 morreu Jorge Colaço. Ordens de Mohammed ben Abdellah foram dirigidas aos magistrados em Tânger no sentido de reconhecerem o filho deste na sua nova função diplomática e de o tratarem como tal. Posto perante os factos que traduziam o reconhecimento desfrutado pela família Colaço em todo o império, o governo de Lisboa nomeia em 1785, por Real Despacho de 12 de Outubro, Jorge Pedro Colaço como cônsul da nação portuguesa em Tânger. Face à conjuntura marroquina no reinado de Mulay Yazid, entre 1790 e 1792, a sua permanência no centro dos acontecimentos permitiu-lhe uma leitura correcta da sociedade magrebina, desempenhando papel relevante na crise que sobreveio à morte do sultão e só terminou com a entrada em Marraquexe de Mulay Soulaymane em 1796.

A falta de visão estratégica dos comerciantes portugueses que demandavam os mercados marroquinos de cereais e gado, privilegiando o imediato em detrimento de procedimentos que visassem o médio e o longo prazo, continuando assim a frequentar os portos na posse das forças rebel-

des a Mulay Soulaymane, quase levaram à ruptura entre os dois reinos. Posto perante o problema, o reino português recusou qualquer apoio aos rebeldes das províncias do sul do império, impedindo-lhes também a subsistência através de direitos arrecadados sobre a exportação de cereais. Esta acção foi secundada pelos avisos de Jorge Pedro Colaço aos comerciantes portugueses para evitarem a frequência do porto de Safim e de outros locais da costa atlântica afectos aos rebeldes. A questão foi definitivamente encerrada com a «Carta para o pretendido Rey de Marrocos» enviada pelo príncipe do Brasil, onde este se recusava a receber o enviado do pretendente Mulay Husayn oferecendo ao mesmo tempo a mediação de Portugal para a resolução do conflito.

À competência do cônsul português, tão necessária para a resolução desta crise, juntavam-se também as mais variadas informações, sempre atempadamente remetidas às autoridades em Lisboa. Primeiro, sobre as condições económicas marroquinas, dando conta dos anos de grande produção cerealífera ou daqueles em que as pestes ou as pragas a arruinavam. Depois, acompanhando as movimentações do curso argelino em direcção ao Atlântico e que eram comunicadas pelos pescadores portugueses assíduos frequentadores das férteis águas da costa atlântica de Marrocos. Por fim, tratando da logística, nos portos marroquinos, da esquadra portuguesa que cruzava o estreito.

No ano de 1796 levantou-se entre os comerciantes que corriam o tráfego de Marrocos uma agitada polémica sobre os trigos da Berbéria. Novamente o cônsul em Tânger foi chamado a intervir na sequência das instruções enviadas de Lisboa. Invocavam-se nestas a necessidade de aumentar o comércio entre os dois reinos «cujo principal objecto he o trigo», solicitavam-se facilidades e protecção para os vassallos portugueses que se dirigissem aos portos marroquinos³ ao mesmo tempo que sugeria a obtenção de um

porto privativo para o comércio português. Em Janeiro de 1797 as solicitações alargaram-se ao abastecimento de gado. O prestígio e valimento de Jorge Pedro Colaço, que em Julho do mesmo ano será nomeado cônsul-geral, tudo foram conseguindo.

Os anos seguintes foram gastos a contribuir para a sempre eterna e difícil questão do aprovisionamento de cereais no país, tentando combater a concorrência das potências europeias no acesso aos mercados norte africanos e ao mesmo tempo colmatar os erros cometidos nas praças do litoral Atlântico de Marrocos pelos comerciantes portugueses. Defrontando-se com as intrigas permanentes dos cônsules estrangeiros em Tânger, transformando o império num espaço onde se confrontavam os interesses europeus, Jorge Pedro Colaço vai tentar explicar ao sultão marroquino a complicada conjuntura interna portuguesa que motivara a saída da corte para o Brasil.

Em 1810, o reputado arabista frei Manuel Rebelo da Silva informava D. Miguel Pereira Forjaz de ter o nosso diplomata desempenhado eficazmente a missão de apresentação de cartas ao primeiro-ministro marroquino, acrescentando: «Posso contudo segurar que não tem faltado diligencias, e que o nosso cônsul conserva para estes povos, ministro e rey, o seu antigo conceito, em que nenhum outro o iguala.»⁴

A vigilância sobre o curso de Argel continuou a ser uma das principais missões dos agentes em Marrocos. Perante o último fôlego desta actividade da Regência no início do século XIX, que levantava a questão da informação correcta e atempada das movimentações do curso argelino, são constantes os despachos para Lisboa enviados através das embarcações portuguesas que aqui se dirigiam ou usando outros canais como as representações nacionais em portos do sul de Espanha.⁵

A 10 de Fevereiro de 1814 morreu, em Tânger, o cônsul-geral português. As repercussões do acontecimento no *makhzen* marroquino são

imediatas e provam a importância desfrutada pelo antigo cônsul.

A importância do consulado de Tânger e do agente aí colocado para a complementaridade da estratégia diplomática portuguesa em relação ao Norte de África foi fundamental. Nele se centralizaram as investidas sobre os férteis mercados que forneciam o reino português em cereais e gado, para ele confluíram as informações provenientes dos barcos de pesca, navios de guerra e de todos os outros portos de Marrocos sobre o curso das Regências, ali se coordenou o apoio à esquadra do estreito e todos os dados referentes à conjuntura magrebina. Sem a fonte de informação constituída pela representação portuguesa em Tânger, dado essencial para a elaboração da nossa política externa no Norte de África, pouco ou nada se teria conseguido em termos geoestratégico em relação ao conjunto magrebino e à sua complementaridade.

Em Março de 1814 frei Manuel Rebelo da Silva resumiu de forma lapidar a importância do diplomata português: «O consul geral Jorge Pedro Colaço modelo de vassallos virtuosos morreo já; mas deixa na pessoa de seu filho Jorge Joze Colaço consul de Tanger hum digno herdeiro de todas as suas virtudes, de tal sorte que Vossa Excelência terá a satisfação de não conhecer menor diferença no Real serviço em Marrocos.»⁶

O Tratado de 1774 e o conjunto magrebino

A importância de que se revestia para Portugal o Tratado de 1774 levou a uma negociação rodeada de especiais cuidados com o objectivo de transformar a trégua existente desde a carta de 5 de Setembro de 1769, escrita pelo xarife de Marrocos ao rei D. José, três meses após o abandono de Mazagão, em tratado definitivo de Paz, Navegação e Comércio.⁷

A prisão e posterior restituição ao imperador de Marrocos de dois corsários daquele império,

Carta de Abul Hasain Aly, filho do sultão de Marrocos Mohammed ben Abdellah (1757/1790) a Martinho de Mello e Castro, de Agosto de 1775, na qual se pede ao ministro português o envio de várias encomendas. Arquivo Histórico Ultramarino





Carta de Mulay Soulaymane (1792-1822) a Martinho de Mello e Castro, de 16 de Dezembro de 1794, na qual este se congratula pela proibição decretada pelas autoridades portuguesas aos seus comerciantes de frequentarem os portos na posse dos rebeldes marroquinos. Arquivo Histórico Ultramarino

dos muitos que infestavam as costas portuguesas, um dos quais chegou a penetrar na Barra de Lisboa; as ordens expedidas por D. José para serem tratadas as embarcações marroquinas de guerra ou comércio como amigas e aliadas da Coroa de Portugal foram alguns dos sinais exibidos perante o xarife alauita da boa-vontade portuguesa para iniciar o período pós-Mazagão. A intenção portuguesa era a de firmar um Tratado prolongando a «Tregoa, cessão de Armas, que felizmente dura depois de alguns Annos, entre as Cortes, de Portugal, e de Marrocos».⁸

Estrategicamente o Tratado Luso-Marroquino de 1774 foi um sucesso de Portugal e da sua política externa, como o provam as ratificações de 1790 e 1798 durante os reinados de Mulay Yazid e Mulay Soulaymane. Faltava apenas a sua integração na perspectiva mais alargada das relações com o conjunto magrebino.

Trave mestra da estratégia portuguesa em relação ao Norte de África o Tratado assinado entre os dois reinos foi depois acompanhado por um conjunto de acordos diplomáticos de modo a tornar possível a sua integração nos planos da opção atlântica que sempre marcou a política externa portuguesa. A aproximação ao império xarifino só deve ser lida dentro de uma lógica de complementaridade com as outras realidades políticas magrebina de alto valor estratégico para Portugal: Tunes e Argel. A noção da importância de paz com Marrocos, para a qual contribuiu a longa experiência portuguesa, era atestada pelos seus próprios diplomatas. A opinião dos nossos representantes em Marrocos atravessou o período que decorreu entre 1774 e 1813, ano em que se acordou a paz com Argel, resistiu às crises conjunturais da monarquia portuguesa e por isso mesmo se revelou plena de bom-senso, indo ao encontro das opções geoestratégicas do reino português.

Apenas cinco anos após a assinatura do Tratado de 1774, Bernardo Simões Pessoa atestou a sua importância num ofício a Martinho de Mello

e Castro essencial para o estudo das relações luso-magrebina⁹. Neste documento antecedido, por observações sobre a necessidade do controlo do curso da Regência de Argel e da passagem do estreito, havia já a noção exacta da necessidade de integrar as relações com Marrocos num todo mais amplo, onde teriam de entrar igualmente as regências magrebina. Noutro ofício, também datado de Fevereiro de 1779 e com origem em Mogador, o cônsul-geral voltava a informar Martinho de Mello e Castro do facto de terem passado o estreito cinco chavecos argelinos aduzindo que «...desta sorte, muito deve sofrer a navegação portuguesa, enquanto não chegarem as providencias que Vossa Excelencia sabe».

A crise de sucessão, logo após a morte de Mulay Yazid, marcou uma fase importante nas relações entre Portugal e Marrocos e pôs à prova o discernimento das autoridades de Lisboa em matéria de política externa. As necessidades cerealíferas levavam a que homens de negócio, fundamentalmente da praça de Lisboa, continuassem a frequentar os portos que escoavam a produção de «graons» de Marrocos e que se situavam em áreas ainda não submetidas a Mulay Soulaymane. Este facto criou alguns problemas ao governo de Lisboa no relacionamento com o soberano alauita. Assim, agiu-se rapidamente com a consciência do que estava em jogo. A questão essencial era a de não deixar que a componente marroquina viesse a afectar o papel mais amplo do conjunto magrebino na política externa portuguesa.

A corte em Lisboa, devidamente alertada pelos despachos dos seus representantes, susteve os avanços dos opositores de Mulay Soulaymane que lhe procuravam o apoio. Em carta enviada por Martinho de Mello e Castro a ben Nacer, paxá da província da Duquela, afirmava-se não poder o governo ter comunicação alguma com os revoltosos, proibindo os vassallos do reino de Portugal de frequentarem os portos sob a sua domi-

nação¹⁰. Ordens idênticas foram também transmitidas ao cônsul em Tânger, para que delas desse conhecimento às autoridades daquela cidade marroquina, devendo também as decisões ser comunicadas ao próprio Mulay Soulaymane «(...) para que este príncipe veja as puras, e sinceras intenções do Príncipe Nosso Senhor para conservar a boa inteligencia, e sincera amizade entre esta corte, e a de Marrocos».

A diplomacia portuguesa escolhia assim definitivamente o campo de Mulay Soulaymane, emitindo o seu representante em Tânger solene aviso aos comerciantes estabelecidos nos portos de Safim e Mazagão, alertando-os para os perigos de continuarem a comerciar com os súbditos marroquinos revoltados contra o seu legítimo soberano.¹¹ Tentou-se desempenhar um papel mais activo nesta crise. Em carta para o «pretendido rey de Marrocos» o futuro D. João VI ofereceu os seus «... bons officios para que a bõa harmonia se restabeleça entre voz, e os principes vossos irmaons, de maneira que a liberdade do commercio não sofra impedimentos, e que as nações amigas, e neutras haja de gozar da liberdade que lhes he permitida por todo o direito das gentes».¹²

Reflexão elaborada mais tardiamente, e beneficiando de uma visão distanciada dos acontecimentos, foi a carta na qual o arabista frei Manuel Rebelo da Silva responde às questões colocadas por D. Miguel Pereira Forjaz «para deliberar com maior conhecimento, acerto, e segurança possível nos negocios com Marrocos». Esta longa exposição, escrita cerca de um ano depois da morte de Jorge Pedro Colaço, é uma síntese bem conseguida das relações luso-marroquinas entre 1792 e 1814 e do que deveriam ser os procedimentos do governo de Lisboa. Frei Manuel Rebelo da Silva aponta factos que estiveram na origem do maior ou menor ressentimento do sultão marroquino com as potências europeias. Este ligava-se directamente ao modo de operar dos seus comerciantes os quais, frequentando os

locais de escoamento da produção marroquina ao sul do rio Morbeia, sustentavam um comércio proibido por Mulay Soulaymane e, também, o estado de rebelião contra o legítimo soberano marroquino. Estavam aqui as causas, segundo o religioso português, da «escacez do commercio da Barbaria».

A importância do relacionamento luso-marroquino era notória. À data da carta, a paz com a Regência de Argel já tinha sido concluída. Os avanços em direcção ao espaço argelino, nos quais se incluíam, entre outros, a Trégua com a Regência de Tunes e as três viagens de James Scarnichia a Argel para a libertação dos cativos que ali se encontravam, eram razões mais do que suficientes para a necessidade de uma política integrada contemplando as várias realidades políticas presentes no espaço magrebino.

O Tratado de Paz entre Portugal e a Regência de Argel fechava, assim, um círculo iniciado com o Tratado Luso-Marroquino de 1774. Quase quarenta anos de diplomacia pondo em prática os superiores interesses da nossa política externa tinham-se jogado na complementaridade política concertada com todas as realidades magrebina. Não se pode dizer que os resultados tenham sido nefastos para o reino português.

As aproximações do governo português à Regência de Argel coincidiram com períodos de domínio inglês, ou de luta por esse domínio, no Mediterrâneo. Elas foram subordinadas aos interesses da Grã-Bretanha que se inseriam numa estratégia mais vasta de controlo dos acessos à Índia e de manutenção do domínio no Atlântico. Portugal viu-se assim na contingência de tomar partido no confronto das hegemonias que teve lugar na Europa entre 1767 e 1815 e de por ele pautar a sua política externa. Os avanços em direcção a Tunes e Argel, sem os quais seria inviável a complementaridade magrebina, passaram a ser efectuados sob a égide da potência que saiu vencedora desse confronto, a Inglaterra.

Carta de Mulay Yazid (1790-1792) à rainha D. Maria I, de 6 de Fevereiro de 1791, na qual se confirma o Tratado de 1774 e se renovam as facilidades concedidas aos vassallos portugueses para comerciar com toda a segurança nos portos marroquinos. Arquivo Histórico Ultramarino



Os tratados com o império alauíta e as Regências de Argel e Tunes sublinhavam a importância vital para o reino português do espaço atlântico através do qual afluía aos seus portos um intenso comércio colonial, gerador de prosperidade, riqueza e segurança. Por aí receberia também o país, em caso de agressão pela fronteira terrestre, o necessário auxílio para lhe fazer frente.

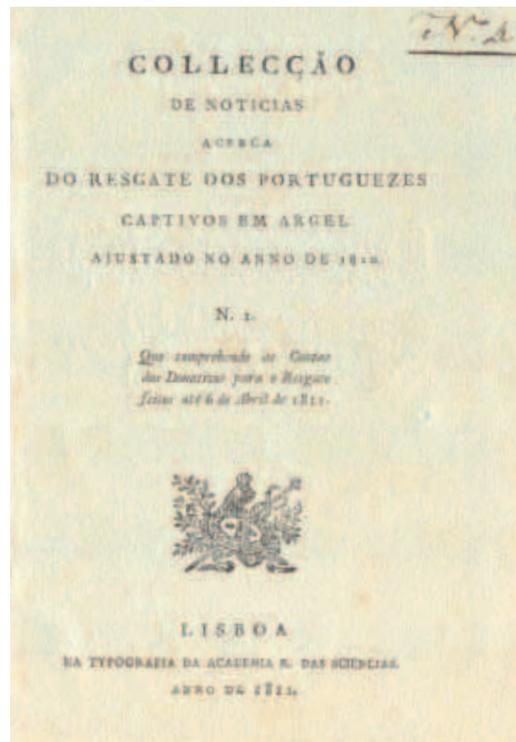
A navegação e o comércio

A navegação e o comércio possuem no caso concreto do espaço magrebino, características próprias que deverão ser analisadas de forma cuidada. Quando se aborda a questão do tráfego marítimo em águas do Magrebe, face à sua intensidade e riqueza, de imediato nos surge o problema do curso berberesco e de todo o conjunto de actividades que terão de ser tidas em conta na elaboração de qualquer acordo diplomático.

Os oito resgates levados a cabo pelos «Padres Redemptores da Santíssima Trindade» no século XVIII, trazendo de regresso ao reino cerca de milhar e meio de portugueses cativos, depois de na segunda redenção, em 1726, expressamente se afirmar que não restava em Argel mais nenhum cativo português, são elucidativos do principal problema que afectava as relações com o Magrebe.

A importância do controlo da actividade do curso marítimo argelino cresceu depois do Tratado de 1774. A carta de Mohammed ben Abdellah, em resposta à enviada por D. Maria I na qual é solicitada a sua mediação na paz com Argel e onde também se pedem os seus favores no combate à ameaça corsária, traduz o empenho do reino português na normalização das relações com a regência argelina.¹³

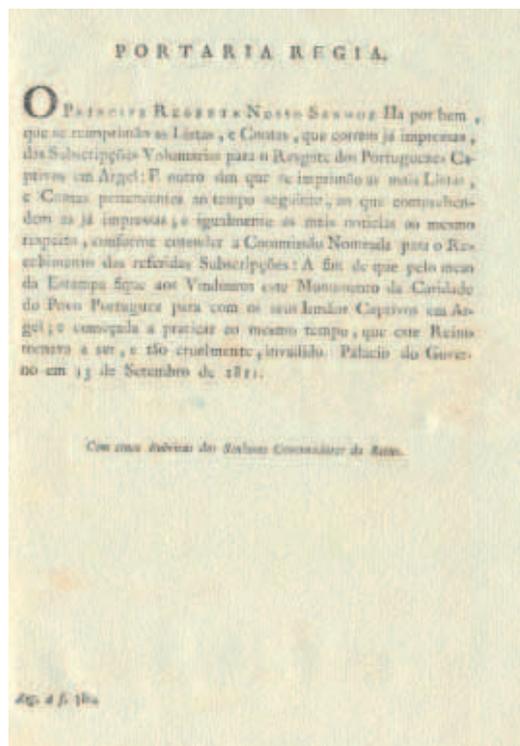
Nos anos que decorreram entre a assinatura do Tratado com Marrocos e a Paz com Argel as notícias das depredações causadas pelos corsários argelinos no Mediterrâneo, ao longo das cos-



Frontispício da «Collecção de notícias acerca do resgate dos portuguezes captivos em Argel...», ajustado em 1810. Este resgate foi um dos três que antecedeu a paz de 1813 com esta potência berberesca. Arquivo Histórico Ultramarino

tas portuguesas e das rotas que cruzavam o Atlântico Sul, espalham-se pelas páginas da *Gazeta de Lisboa*. Os despachos enviados pelos nossos representantes no Magrebe espelham as constantes preocupações sobre a segurança do tráfego marítimo proveniente de Marrocos e do Brasil. Em muita outra documentação também oriunda de vários pontos do espaço magrebino multiplicam-se os apelos à libertação e regresso à Pátria dos milhares de cativos nos Banhos da Regência de Argel cujos custos se anteviam inoportáveis para a coroa portuguesa.

Um interessante exemplo do valor atribuído em Portugal ao relacionamento com o Magrebe e das reflexões que este suscita encontra-se na documentação das Caixas do Norte de África, do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Mão anónima, mas profundamente conhecedora dos



problemas da política externa portuguesa, afirmava facilitar a paz com Marrocos o cruzeiro da nossa esquadra contra os argelinos e as mais potências berberescas no Mediterrâneo, permitindo segurar inteiramente a navegação dos navios mercantes, especialmente a do Brasil; a situação estratégica do Império xarifino, banhado pelo Mediterrâneo e Atlântico, possibilitava que em oito ou nove dos seus portos se acolhessem pequenos corsários capazes de criarem problemas à nossa marinha mercante. Concluía-se «...que se rompermos com os Marroquinos, será bem dificultoso, quasi impossível embarçar a união dos corsários Argelinos com elles».¹⁴

O último grande fôlego do curso argelino lançou sobre o comércio marítimo português o que restava dos corsários da Regência. A perda, entre muitas outras embarcações, do bergantim *Lebre*

Pequeno e da fragata da marinha de guerra *Cisne*, em Maio de 1802, vai lançar para Argel mais algumas centenas de cativos e exigir um enorme esforço que tendo em conta as depauperadas finanças régias irá atravessar toda a sociedade portuguesa e rapidamente fechar o círculo iniciado em 1774 com o Tratado com Marrocos: a paz de 1813 com Argel.¹⁵

Está presente, em toda a documentação deste período, o permanente cuidado em garantir o abastecimento de trigo ao reino português. Pode afirmar-se, sem grande margem para dúvidas, que o desenvolvimento do comércio cerealífero com Marrocos foi um dos principais vectores em que Portugal assentou toda a sua política com o Magrebe.

Em Dezembro de 1774, Bernardo Simões Pessoa informou Martinho de Mello e Castro da não concessão de licenças para a exportação de cereal «porque dos frutos deste paiz exceptuando o trigo, os mais pouca figura fazem»¹⁶. Em Setembro de 1776 voltava o cônsul-geral português a informar Lisboa. Desta vez o assunto prendia-se com a actividade especulativa para a qual alertava os comerciantes portugueses. Apesar da colheita desse ano em Marrocos ter sido abundante, o preço do trigo tinha atingido níveis muito altos. O Tratado de 1774, ao qual se juntaram as tentativas de controlo do curso argelino, tinha incrementado e dado alguma segurança ao comércio com Marrocos. Este sentimento era expresso pelo governador do porto de Salé em carta ao «Ministro da Grande Rainha de Portugal, o Senhor Martinho de Melo» na qual assegurava o desejo de observância do Tratado de Paz entre as duas cortes e oferecia a todos os vassallos portugueses a oportunidade de negociar e extrair os géneros marroquinos com toda a segurança.¹⁷

A situação de tranquilidade para os homens de negócios que corriam o comércio de «graons» com Marrocos durante o reinado de Mohammed



Largo principal de Tetuão, visto do bairro judeu, durante a celebração do casamento do governador desta cidade marroquina, em Abril de 1833. Arquivo Histórico Ultramarino

ben Abdellah e que continuará a existir durante o breve período de governação de Mulay Yazid, conforme o atesta a sua missiva à rainha D. Maria I, na qual se afirma a vontade de continuação da Paz com Portugal, irá contudo sofrer mudanças drásticas. A situação problemática vivida no ano de 1797 pelos comerciantes do reino estabelecidos no sul de Marrocos «levou os negociantes Portugueses estabelecidos na Prassa de Mazação para as condusois de trigos para a nossa Corte, e cidade de Lisboa» a dirigir uma petição a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando-lhe a intervenção junto da rainha para tentar reduzir o impacto que esta poderia vir a ter no abastecimento ao reino e à cidade de Lisboa.¹⁸

O significativo aumento da importação de cereais no ano de 1796 esteve na origem da discussão no ano seguinte e que passou por uma

profunda reflexão sobre a importância do trigo marroquino para o abastecimento do reino português. A constatação dessa importância motivou o envio de instruções de natureza puramente económica ao cônsul em Tânger Jorge Pedro Colaço, das quais faziam parte um novo artigo a incluir no Tratado firmado em 1774. A realidade acabou por se traduzir na ratificação de 22 de Junho de 1798 e na qual Portugal conseguiu a inclusão do pretendido artigo assegurando a renovação dos abastecimentos de cereais afectados pela crise sucessória que tinha atingido o império xarifino. O recurso ao mercado marroquino funcionava assim para os homens de negócios portugueses como alternativa, permitindo-lhes a participação em actividades geradoras de apreciáveis rendimentos e motivadoras das reflexões sobre as reais vantagens de se con-

tinuar o abastecimento em Marrocos ao qual se tentava ainda juntar a sempre aliciante utilização da marinha mercante nacional, para mais quando muitas das embarcações que a compunham eram propriedade dos comerciantes de trigo da Berbéria.

«A Rellação das Parcelas de Dinheiro destinadas aos Portos de Safy, e Mazagão, que entregarão no Terreiro desta cidade os Negociantes abaixo, e os Commissarios que tem tráfego, e manejo, no mesmo Terreiro em nome dos Negociantes por quem respondem; para haverem de ser transportados a bordo do Bergantim Lebre», em Novembro de 1797, à qual se deve obrigatoriamente juntar a extensa massa documental sobre as trocas comerciais com o Magrebe são bem o exemplo de um intenso e próspero tráfico de trigo com Marrocos e que irá ter continuidade na política de abastecimento frumentário do reino português.

Conclusão

O Tratado Luso-Marroquino de 1774 funcionou assim como marco de importância fundamental para o relacionamento entre Portugal e o Magrebe até à Paz com Argel de 1813.

As opções geoestratégicas portuguesas durante final do século XVIII e início do XIX dificilmente se podem compreender se for desprezada a sua componente magrebina. Durante perto de quarenta anos os nossos agentes no terreno vão manobrar e gerir a informação disponível, em conjunto com as autoridades em Lisboa ou no Rio de Janeiro, no sentido de controlar os efeitos perversos do curso berberesco, assegurar a continuidade dos fluxos comerciais e dar a segurança possível ao tráfico marítimo/comercial oriundo do Brasil.

Gerindo a conjuntura nacional e internacional, Portugal vai abordar as relações com o império xarifino e as Regências de Argel e Tunes numa lógica de complementaridade, nunca dei-

xando de sublinhar a importância de que para si se revestia todo o conjunto do Magrebe.

¹ A.H.U. – Caixa Norte de África 404, Carta do sultão de Marrocos a Martinho de Mello e Castro, datada de Tânger, em 20/12/1780.

² ATHLON, Caixa Norte de África 404, Cópia da Carta Régia de D. Maria I, datada de Lisboa, em 12/10/1785.

³ A.H.U. – Caixa Norte de África 421, Cópia de diferentes parágrafos que se contem mais instruções dadas a Jorge Pedro Colaço, Cônsul da Nação Portuguesa em Tânger, em 9/12/1796.

⁴ A.H.U. – Caixa Norte de África 413, Ofício de frei Manuel Rebelo da Silva a D. Miguel Pereira Forjaz, datado de Tânger, em 20/7/1810.

⁵ A.H.U. – Caixa Norte de África 413, Ofício de Jorge Pedro Colaço a D. Miguel Pereira Forjaz, datado de Tânger, em 12/9/1811.

⁶ A.H.U. – Caixa Norte de África 426, Carta de frei Manuel Rebelo da Silva a D. Miguel Pereira Forjaz, datada de Lisboa, Convento de Nossa Senhora de Jesus, em 9/3/1814.

⁷ Joaquim Figanier, *Frei João de Sousa. Mestre e intérprete da Língua Árábica*, p.26.

⁸ AHU – Caixa Norte de África 412, Minuta do Tratado Luso-Marroquino de 1774.

⁹ A.H.U. – Caixa Norte de África 424, Ofício de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro, datado de Mogador, em 9/12/1779.

¹⁰ A.H.U. – Caixa Norte de África 389, Carta de Martinho de Mello e Castro a Ben Nacer, datada do Palácio de Queluz, em 24/11/1794.

¹¹ A.H.U. – Caixa Norte de África 404, Ofício de Jorge Pedro Colaço aos comerciantes portugueses no porto de Safim, datado de Tânger, em 18/4/1795.

¹² A.H.U. – Caixa Norte de África 421, Carta do príncipe D. João ao pretendido rei de Marrocos, datada do Palácio de Queluz, em 16/4/1796.

¹³ A.H.U. – Caixa Norte de África 422, Carta de Mohammed ben Abdellah à rainha D. Maria I [1790].

¹⁴ A.H.U. – Caixa Norte de África 389, *Reflexões sobre a conveniência e vice-versa de se estabelecer a paz com o rei de Marrocos*.

¹⁵ A observação da *Collecção de notícias acerca do resgate dos portugueses captivos em Argel ajustado no anno de 1810* permite ler o impacto social da questão dos cativos e a forma como toda a sociedade portuguesa contribuiu para a sua solução.

¹⁶ A.H.U. – Caixa Norte de África 424, Ofício de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro, datado de Mogador em 2/12/1774.

¹⁷ A.H.U. – Caixa Norte de África 389, Carta do governador de Salé a Martinho de Mello e Castro, datada de Salé, em 10/7/1793.

¹⁸ A.H.U. – Caixa Norte de África 427, Petição dos negociantes portugueses estabelecidos em Mazagão a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de Mazagão, em 23/11/1797.